



Assembleia de Freguesia de Cortegaça Concelho de Ovar

Sessão ordinária de quinze de junho do ano de dois mil e vinte

Ao décimo quinto dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte, reuniu pelas vinte e uma horas no Salão Nobre do Edifício da Junta de Freguesia de Cortegaça, sita no Largo 25 de Setembro, a Assembleia de Freguesia de Cortegaça, em sessão ordinária, convocada ao abrigo das disposições legais em vigor, sob a Presidência da Mesa de Assembleia, Luciana Camboa de Sousa, com a seguinte ordem de trabalhos:

- **1:** Período de Intervenção ao Público.
- **2:** PAOD (Período de Antes da Ordem do Dia);
2.1: Apreciação e Votação da Ata e 27 de dezembro de 2019;
- **3:** POD (Período da Ordem do Dia)
3.1: Atividades da Junta de Freguesia;
3.2: Discussão e Apreciação da Prestação de Contas do ano Económico de 2019;
3.3: Discussão e Apreciação do Inventário em 31/12/2019.

Iniciada a reunião da Assembleia de Freguesia estavam nela presentes os seguintes membros: Luciana Camboa de Sousa - Presidente, Maria da Conceição Grade Alves – 1ª Secretária, Cipriano Oliveira Gomes – 2º Secretário, constituindo desta forma a Mesa da Assembleia de Freguesia, António Alves de Sousa, Cecília Maria Sá de Oliveira Reis, Jorge Miguel Silva e Sílvia Oliveira (pela Bancada do Partido Social Democrata), Américo Dias e Miguel Coelho (pela Bancada do Partido Socialista). Estiveram também presentes todos os membros que constituem o Executivo da Junta de Freguesia de



Cortegaça, Sérgio Vicente Prata Oliveira - Presidente, António Agostinho Gomes Oliveira - Secretário e Paulo Amadeu Monteiro Pinheiro - Tesoureiro, ambos eleitos pelo Partido Social Democrata.

A Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia de Cortegaça endereçou os habituais cumprimentos ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, restante executivo, aos senhores Secretários, membros da Assembleia de Freguesia e demais presentes.

Deu início à sessão ordinária dando nota que a mesma se reportava à sessão ordinária do mês de Abril do corrente, a qual não se realizou por uso do prerrogativa do disposto no art. 3º, nº 1 da lei nº 1-A/2020, de 19 de Março, em virtude da pandemia Covid-19.

De seguida a Presidente da Assembleia sugeriu, convidando todos os presentes para, de forma simbólica, fazer um minuto de silêncio, prestando, assim, uma homenagem às vítimas do Covid-19, não só da freguesia, mas também do concelho de Ovar.

Findo o minuto de silêncio, foi informado, não obstante a publicação do habitual edital e inerentes convocatórias, de que a assembleia de freguesia referente ao mês de Junho, se realizará no dia 29 de junho, pelas 21 horas.

De seguida, foram enunciados os pontos da ordem de trabalhos, da respetiva reunião da Assembleia de Freguesia

- **Ponto Um:** Período de Intervenção ao Público;

A Presidente da Assembleia de Freguesia de Cortegaça começou por dar início às inscrições do público presente que pretendesse intervir na presente Assembleia.

Inscreveu-se António Simões, que usando da palavra questionou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia acerca da execução do alcatroamento da Rua do Rodelo, nomeadamente se esta intervenção será ou não uma prioridade. Deu ainda nota informativa do rebentamento de uma conduta de água junto da rotunda, próxima da Igreja.

Finda a sua intervenção, foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia, que começou por cumprimentar os presentes, fazendo referência à diferença das assembleias habituais,



mas que não obstante essas diferenças, certamente, seria uma reunião produtiva, como habitualmente.

Quanto à questão do Sr. Simões, o Senhor Presidente da Junta salientou que o cortegacense saberia a resposta pois já havia reunido na Câmara Municipal de Ovar com o Sr. Presidente da Câmara Municipal e este melhor do que ninguém já lhe teria informado da perspectiva e dos timings acerca desta questão.

No entanto, e para que todos possam também ter conhecimento prosseguiu informando que é intenção da Junta de freguesia a requalificação quer da Rua do Rodelo, da Rua das Areias bem como da Rua da Zefinha. A Câmara Municipal entendeu intervencionar, inicialmente, a Rua e Travessa das Areias, ficando as restantes Ruas para uma segunda fase., sendo certo que, a Junta de Freguesia tudo fará para que todas as ruas sejam intervencionadas com a maior brevidade.

- **Ponto dois: Período de Antes da Ordem do Dia:**

Iniciado este ponto, o primeiro assunto em tratamento foi a acta da sessão ordinária por deliberar, datada de 27 de Dezembro de 2019.

A Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia, uma vez que a referida ata havia sido remetida, previamente, por correio eletrónico a todos os membros da Assembleia de Freguesia, dispensou a leitura da mesma, passando-se, de imediato à votação da sobredita.

Colocada à votação a ata da sessão ordinária da assembleia de freguesia de 27 de Dezembro de 2019, a mesma foi aprovada por unanimidade.

De seguida foram abertas as inscrições para os membros da assembleia de freguesia que pretendessem intervir.

Inscreeveu-se Américo Dias que, após lhe ser concedida a palavra, disse:

“Queria deixar uma pequena nota introdutória, desejando que todos se encontrem bem e com saúde, assim como as vossas famílias e que este reinício dos trabalhos nesta assembleia seja profícuo, produtivo e de bom entendimento democrático.



Depois de todos estes meses de confinamento e distanciamento social, a que nos tivemos que submeter, eis-nos a tentar retomar gradualmente a normalidade possível das nossas vidas. Esta reunião da Assembleia que normalmente deveria ter acontecido até final do passado mês de Abril, acontece hoje, e com as condicionantes limitativas a que já nos vamos habituando. Todos ansiamos e desejamos que as nossas vidas possam voltar às rotinas normais, mas a realidade diz-nos que nada será como dantes, ninguém sairá desta pandemia, incólume, como se nada tivesse acontecido. Esta pandemia afetou toda a reorganização social das nossas vidas e temos que nos readaptar a esta nova circunstância. Todos juntos e cada um a fazer a sua parte, venceremos este vírus.

Até ao momento, Portugal tem sido elogiado internacionalmente pela eficácia das medidas adotadas, que se traduzem, comparativamente com outros países, em menos vítimas de COVID-19, tanto no número de infetados, como de óbitos. Deste aspeto sobressai sem sombra de dúvidas, a atitude e a responsabilidade cívica da esmagadora maioria da população portuguesa, que cumpriu com as indicações das autoridades de saúde.

Um Bem-haja, também aos Cortegacenses, pela sua responsabilidade cívica, que num contexto extremamente desfavorável foi das localidades menos infetadas pela COVID-19.

Terminada esta nota introdutória, há vários assuntos na vida da nossa terra, que fruto destas circunstâncias ficaram suspensos, ou que possivelmente tiveram alguns desenvolvimentos, que esta assembleia ainda não teve conhecimento. Por isso gostaríamos que o Senhor Presidente da Junta, se puder, nos esclareça os seguintes assuntos:

1 – O eterno e interminável processo do campismo de Cortegaça, teve algum desenvolvimento significativo, com os vários processos pendentes?

2 – Foi divulgado pelo Sr. Presidente da Junta, que iria mandar limpar o cemitério no período Pascal, pelo que me foi dado saber houve várias pessoas que se indignaram quando puderam ir pela primeira vez ao cemitério, pois segundo elas, quando lá chegaram, não verificaram essa proclamada limpeza.

3 – Relativamente às obras do arranjo e requalificação do cemitério velho, há algum desenvolvimento ou previsão do início desses trabalhos?



4 – A construção da casa mortuária, é uma obra que será da responsabilidade da Câmara, mas certamente que o executivo vai tendo conhecimento dos desenvolvimentos. Há algum avanço relativamente a este processo?

5 – Na delegação de competências negociada entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, entre outras, ficou sob responsabilidade da Junta de Freguesia a limpeza das ruas e valetas. Atendendo ao estado geral das ruas e valetas, qual é a justificação para este estado de abandono? Todos os acordos protocolados têm sido cumpridos por ambas as partes?

6 – Foi aberto procedimento com caráter concorrencial, para alienação de Prédio, por meio da divulgação de um edital, cuja entidade adjudicatária foi a Dolphinconcept, Lda, pelo valor de 163.001,00 €, para a construção de uma unidade Hoteleira designada de “Resort Convencional”. Pelas regras publicadas no Edital, que regulou este procedimento a concurso, a escritura deveria ter ocorrido quinze dias depois da adjudicação.

No entanto algumas irregularidades detetadas pelos serviços Notariais, no ato da Escritura, relativas à documentação apresentada pela Junta de Freguesia de Cortegaça, levaram a que esta tivesse de ser adiada, para correção dos documentos...

Depois das correções obrigatórias por lei, devido a este “erro grosseiro” documental do executivo da Junta de Freguesia, gostaríamos de saber qual é o ponto da situação e se já foi concretizada a dita escritura?”

De seguida, após inscrição, usou da palavra Sílvia Oliveira que, após os habituais cumprimentos, disse:

“Há cerca de 3 meses atrás entramos num cenário devastador quando foi decretado pela Organização mundial de Saúde o estado de pandemia pelo Covid-19.

Neste momento em que já nos é possível reunirmos em assembleia (com as devidas precauções/medidas de prevenção), gostaria de congratular a Câmara Municipal de Ovar e os demais elementos que fizeram parte do gabinete de crise, nomeadamente o nosso presidente de Junta, Sérgio Vicente.



Considero que este gabinete agiu de forma célere à situação de “Calamidade Pública no Município de ovar”.

Neste gabinete debateram-se ideias e implementaram-se medidas no combate à pandemia e na prevenção de novos casos.

-Implementaram-se as medidas impostas pelo conselho de Ministros, entre elas a cerca sanitária em torno do Concelho de Ovar:

-Ativaram rede social de emergência para apoio a pessoas em especial situação de fragilidade social;

-Criaram um Hospital de Campanha e um Centro de Triagem no Hospital de Ovar para despiste de possíveis infetados;

-Adaptaram a pousada da Juventude para receberem pessoas infetadas que não tinham condições para permanecerem nas suas habitações;

-Promoveram a lavagem e desinfeção de espaços públicos;

-Criaram linhas de apoio social e psicológico;

-Disponibilizaram um endereço eletrónico para esclarecimento de dúvidas;

-Acompanharam sempre, e em tempo real, a situação local e nacional;

-Apoiaram e intervieram junto da segurança social para que os munícipes recebessem os apoios devido à impossibilidade de saírem de casa para trabalharem (a situação de incumprimento nada tem a ver com a Câmara Municipal, mas sim com a segurança social).

Este gabinete criou as condições necessárias para agora pudermos dizer que temos 0 ou eventualmente 1 caso d Covid-19 no Concelho de ovar.

Um bem-haja para todos os elementos que fizeram parte integrante desta equipa”.

De seguida, usando da palavra, Miguel Coelho, após os habituais cumprimentos, disse:



“Antes de mais quero aqui deixar o meu reconhecimento a todos os Cortegacenses e munícipes em geral pelo excelente comportamento que evidenciaram e continuam a evidenciar durante esta crise de pandemia, nomeadamente no período em que estivemos sujeitos a uma cerca sanitária que tantos transtornos e dificuldades criou quer às famílias quer às empresas da nossa freguesia e município. A verdade é que foram exemplares no cumprimento das recomendações das autoridades de saúde e das medidas decretadas pelo governo e isto apesar de muitos até poderem não ter concordado com o prolongamento da cerca sanitária.

Mas pela sua atitude exemplar aqui fica o meu reconhecimento e elogio.

Quero também deixar uma palavra de reconhecimento a todos aqueles cortegacenses e outros munícipes, assim como associações e coletividades, que das mais variadas formas, fosse através de voluntariado no apoio aos mais idosos, pessoas de mobilidade reduzida e grupos de risco em geral, fosse através de iniciativas como o da oferta de cabazes de bens de primeira necessidade às famílias mais carenciadas, “Caixa Solidária” ou “Sopa quente, Nós levamos” entre outras, e que tanto contribuíram para minorar os efeitos desta crise de pandemia do Covid-19. A todos deixo aqui o meu agradecimento pelo espírito cívico e de comunidade que demonstraram.

No seguimento deste assunto e tal como já referi de todas as dificuldades que esta situação trouxe à nossa população, nomeadamente pela perda de rendimentos e até empregos, gostaria de perguntar ao executivo a JFC que medidas concretas tomou para o apoio às famílias mais desfavorecidas, nomeadamente ao nível do apoio alimentar. De salientar que várias juntas de freguesia, incluindo no nosso Concelho, lançaram programas deste género e tiveram uma atitude exemplar no apoio às suas populações neste período de crise, estando sempre presentes junto das mesmas”.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Sérgio Vicente que, pretendendo ser esclarecedor disse, no que respeita ao parque de campismo, já ter sido proferida decisão final do recurso interposto, tendo a Junta de Freguesia sido condenada ao pagamento da quantia de 374.000,00 € e que, foram, também, executadas – processo judicial – para recebimento de verbas, no montante aproximado de 340.000,00 €, existindo juros a contabilizar e custas a liquidar.



Deu nota de que os valores mencionados seriam favoráveis às pretensões da freguesia, sendo certo que, brevemente, estaria o referido assunto resolvido.

Quanto à questão da limpeza do cemitério aquando do período pascal, informou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia que a Junta de Freguesia, procedeu à limpeza na semana que antecedeu a Páscoa e fê-lo numa perspetiva de marcar a data especial, no momento que “era também especial”.

Afirma, assim, que a Junta de Freguesia de Cortegaça limpou, retirou flores secas de campas particulares, colocou coroas de flores na entrada de cada cemitério e colocou velas a arder na pedra de repouso.

Aconteceu que, desde essa data até à abertura das portas do cemitério, dia 4 de maio, não existiu a mesma frequência de limpeza pois nem tal era possível. Prosseguiu informando que, atenta a limpeza realizada no final da semana anterior à reabertura do cemitério, nomeadamente as máquinas de cortar relva fizeram pó, libertaram traços de relva e, conseqüentemente, sujaram ainda mais as campas que já estariam sujas.

Tal facto, foi informado aos cortegacenses que se haviam queixado e os mesmos entenderam a explicação dada, sendo inequívoca a existência de fotografias que comprovam a limpeza realizada, não existindo qualquer dúvida acerca da mencionada limpeza.

O Senhor presidente da Junta de Freguesia interligou, assim, a mesma resposta quanto à questão colocada acerca da limpeza de ruas e valetas.

Referiu que o desconfinamento aconteceu a 4 de maio e na data da presente sessão ordinária, 15 de junho, se encontra cerca de 70% da freguesia limpa, incluindo jardins e cemitérios, que já estão, inclusive, a necessitar mais uma vez de manutenção. Ressalva o facto de que, na semana anterior ao confinamento, existia uma empresa a proceder à limpeza das ruas, tendo agora retomado os trabalhos.

Esta questão não se prende com a falta de dinheiro, mas sim com a falta de mão de obra nas empresas de limpeza das ruas, facto alheio à Junta de Freguesia.



Finaliza este assunto dando nota de que, atendendo ao período de dois meses de confinamento, em que não existiu qualquer manutenção, por motivos óbvios, o que está a ser feito é aceitável e razoável, prevendo a conclusão das limpezas em 15 dias.

No que respeita à questão do cemitério antigo, afirmou estar aprovado o projeto de execução, aguardando a ida para procedimento. Mais disse que perspectivava o início da obra em setembro.

Deu nota, em seguimento, de já se encontrar em procedimento para concurso, a rotunda da passagem superior sobre o caminho de ferro. Afirmou que a junta de Freguesia optou pela continuidade do projeto da Alameda, prosseguindo do ponto do qual terminou, o qual será em alcatrão e requalificando os passeios.

No respeitante à casa mortuária, já se encontra aprovado o projeto, remetendo para a próxima assembleia mais informações.

Quanto à questão do prédio para construção do hotel, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia disse não *“tecer considerações a quem deixou a vontade expressa de que os trabalhos fossem profícuos e de entendimento”* avançando que, na próxima assembleia daria uma resposta mais elaborada.

Contudo, prosseguiu, informando que a sociedade Rednyx intentou procedimento cautelar, o que impede a celebração de escritura de compra e venda do imóvel, tendo já sido proferida decisão favorável à junta de Freguesia. No entanto, a mesma sociedade apresentou recurso, aguardando-se decisão.

A sociedade Dolphinconcept foi conhecedora da referida ação judicial, não tendo tido qualquer intervenção na mesma.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia prosseguiu com comentário acerca da intervenção de Sílvia Oliveira, agradecendo, em nome da Junta de Freguesia, o reconhecimento ao Gabinete de Crise, o qual ainda permanece em funcionamento, reunindo uma vez por semana no sentido de prevenção.

Respondendo à intervenção de Miguel Coelho, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia reconhece a atitude das juntas de freguesia que conseguem apoiar as famílias, sendo que no caso concreto, a Junta de Freguesia está atenta às necessidades e encaminha para que esse apoio, que é da



competência do Gabinete de Desenvolvimento Social, seja dado por este mesmo Gabinete da Câmara Municipal de Ovar. Informa que a Administração Central canaliza verbas para as Câmaras fazerem esse papel, ressalvando, no entanto, o facto de na hipótese de impossibilidade de apoio por parte da Câmara Municipal, a Junta de Freguesia se poder substituir, dando resposta.

- **Ponto 3 – POD**

- **3.1 Actividades da Junta de Freguesia**

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia, após convite da Senhora Presidente da Assembleia para apresentar este ponto da Ordem de Trabalhos, desculpou-se pelo lapso dos serviços do não envio das actividades da junta de freguesia aquando dos restantes.

Qualificou o documento como simples e de fácil interpretação salientando as actividades de preparação do carnaval, das festas de verão e do processo de contestação à providência cautelar.

Destacou, de forma especial:

- as reuniões de preparação da festa de S. José, a qual foi cancelada no dia 3 de Março, tendo-se dado o cerco sanitário em 17 de março, o que se mostrou uma decisão acertada.

- a realização do evento Elite MiniFootball 2020, uma organização com forte participação do Futebol Cube de Cortegaça, reconhecendo o seu trabalho desenvolvido, o qual teve como parceiro a Junta de Freguesia, tendo sido realizado o sorteio no auditório da Junta de Freguesia.

- a assinatura do protocolo com a Federação Portuguesa de Voleibol, que não obstante não ter existido ainda uma inauguração oficial, já se encontra em curso.

Convidados os membros a inscreverem-se para participar neste ponto, inscreveu-se apenas Américo Dias que disse:

“Este documento se nos fosse entregue atempadamente, e compreendendo a explicação, mas se nos tivesse sido mandado, nós tínhamos tido outro tempo para poder analisar e, porventura, até esclarecer algumas dúvidas e questionar em função da atividade que a Junta foi desenvolvendo.

Deve haver cuidado nesse apeto para que o desenvolvimento da Assembleia corra naturalmente e, naturalmente é nós recebermos os documentos atempadamente.

A outra nota é responder que eu disse que os trabalhos devem ser, realmente, profícuos e proveitosos e também disse com responsabilidade democrática e com aceitação democrática. Em democracia eu não estou a fazer ataques pessoais, estou a fazer questões de âmbito geral ao executivo



que não têm nada de particular e o encaixe democrático passa por aceitar esta postura e o desejo que eu fiz foi que tudo decorra democraticamente, as Assembleias de Freguesia.”

Finda a intervenção, foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Junta que mencionou estar explicada a questão do não envio da documentação, remetendo a sua reanálise para próxima Assembleia.

Prosseguiu dizendo que é democrata, nada havendo a acrescentar.

3.2 Discussão e Apreciação da Prestação de contas do ano económico de 2019

Dada a palavra ao Presidente da Junta, este mencionou tratar-se de documentos esclarecedores, sendo que os documentos de suporte se encontram na Junta de Freguesia para consulta.

Ressalvou a contratação de uma nova empresa de consultoria mensal no início do ano de 2019, atenta a insatisfação pela anterior.

Mostrou-se disponível para resposta a qualquer questão.

Abertas as inscrições para intervenção dos membros da Assembleia, inscreveram-se Jorge Miguel Silva, Américo Dias e Miguel Coelho.

Pelo Jorge Miguel Silva, após os habituais cumprimentos foi dito:

“Pela análise dos documentos remetidos consideramos que os mesmos são esclarecedores, com valores e dados transparentes e que demonstram o empenho do executivo da Junta de Freguesia e o compromisso que assumiram no início do mandato.

Num primeiro ponto podemos observar a redução da dívida e é uma análise que não deve ser feita só comparativamente com o último ano, mas também com os anos anteriores que marcam o início do mandato. É uma redução de dívida constante, para nós é fundamental, demonstra o empenho e, inclusive, no documento de dívidas a terceiros, apenas consta uma prestação em dívida que não respeita a este mandato.

É um desenvolvimento importante!

Consequentemente, o plano plurianual de investimentos, representa um valor de taxa de execução um pouco mais baixo mas que se prende com a redução de dívida que, na nossa opinião, é



fundamental para a sustentabilidade da Junta de Freguesia e trata-se de um compromisso assumido por este executivo e se se manifestar a continuidade dele, trata-se de assumir e gerir as contas num bom caminho.

Tendo em conta estes resultados, e apesar das atenuantes que já fomos aqui observando, constatamos que a Junta de Freguesia continua a assumir a capacidade de gerar e de captar desenvolvimento para a nossa freguesia.

Sra. Presidente, portanto, assumindo estes argumentos, iremos votar favoravelmente a prestação de contas.”

De seguida, dada a palavra a Américo Dias, pelo mesmo foi dito:

“O Sr. Presidente deu-nos uma notícia de que se quisermos os documentos da prestação de contas temos de ir à secretaria pois não os envia. O documento que nos foi enviado, não considero que seja um relatório de prestação de contas e vou enumerar porque chego a essa conclusão.

Como o próprio ponto na Ordem de Trabalhos diz, este é o momento da discussão e apreciação da Prestação de Contas do Ano Económico de 2019, não é o momento de analisarmos a “Análise” encomendada pelo executivo da Junta a uma empresa externa de consultoria. Pois o único documento que nos chegou foi um mero Relatório de Consultoria que como diz na nota de rodapé na 3ª página, trata-se dum documento “meramente elucidativo que serve para acompanhar e auxiliar o órgão executivo...”.

Isto confirma-se no texto ao longo do documento, como se pode ver na 4ª linha do texto da pág. 4, que tem as aspas e não foi lá dentro colocado o campo em causa, que deveria ser “despesas com pessoal”.

Por isso este documento não é de maneira nenhuma substituível pelo Relatório de Prestação de Contas do Ano Económico de 2019, onde estaria plasmada toda a informação relativa a atividade de gestão deste executivo, até porque o próprio documento é incompleto na sua informação, pela seguinte análise:

1. *O documento faz diversas vezes alusão “até ao momento” e “já realizou”, como se este não fosse um documento de final de exercício – v. 2ª linha do 1º parágrafo da pág. 4; e 2ª linha da pág. 6; respetivamente*

2. *O documento limita-se à apresentação de tabelas e gráficos com notas explicativas dos mesmos, com repetição de alguma informação, apenas diferenciada pela forma de apresentação.*



3. *Verifica-se uma fraca execução orçamental. Vejamos, como exemplo, as despesas de capital, que se ficaram por cerca de metade do previsto. Mesmo no geral, a taxa de execução é pouco mais de 70%.*

4. *Ver a razão dos rendimentos de propriedade serem pouco mais de 50%. O que estava previsto para “outras receitas correntes” que pouco se executou?*

5. *A execução orçamental das receitas também se ficou por pouco mais que 76%, valendo as “transferências de capital” para que o quadro não fosse bem pior. As receitas de capital ficam-se pelos 53%.*

6. *Dizem, com verdade, que as receitas foram superiores às despesas e que, por via disso, o saldo de gerência aumentou; porém, isto é uma falácia, porque o que demonstra é uma falta de visão e de investimento, que leva a concluir que o executivo não fez o trabalho que lhe competia e não cumpriu as promessas que fez. Vê-se do plano plurianual de investimentos, isso mesmo...*

7. *As considerações finais são feitas ao executivo e não fazem qualquer sentido num relatório de contas que é do executivo e não da entidade que faz a sua assessoria em termos contabilísticos. Vejamos os seguintes exemplos: “este procedimento deve ser aplicado sempre que possível...” (linhas 5 e 6 da pág. 7) e “Os pagamentos deverão ocorrer sempre após a emissão de fatura ou documento...” (3.º parágrafo da pag. 17). Estas considerações estão em linha com o que afirmei atrás, ao dizer que a execução orçamental “é demasiado baixa” (esta afirmação está mesmo no Relatório, na 4.ª linha do 5.º parágrafo), é uma análise da Empresa de Consultoria.*

Face a isto, parece-nos que este não é o documento que deveria ser apresentado, o que demonstra que o executivo não fez o trabalho que lhe competia e que desprezou a Assembleia de Freguesia e o povo de Cortegaça.

Já sei qual é o sentido de voto do PSD pois o deputado Jorge já disse, que vão votar favoravelmente.

Mas este documento em análise, não está a ser facultada pelo Executivo, a esta Assembleia, dados e informação suficientemente válida.

Por isso, este documento não detém informação suficientemente válida para analisarmos e formalizarmos convictamente o nosso sentido de voto. Por isso, a nossa posição será votar contra o orçamento.”

Dada a palavra a Miguel Coelho, o mesmo disse:



“Vou fazer uma questão a propósito da dívida que me surgiu agora, mas quero reforçar que realmente isto não é nenhum relatório de contas. Eu nem sei como é que esta assembleia pode analisar e vir aqui votar a favor ou contra ou seja o que for, que pura e simplesmente não temos dados para analisar. Temos aqui 18 páginas cheias de gráficos... e os mapas? Nós costumávamos receber cento e tal páginas para analisar e agora temos 18 páginas cheias de gráficos?”

Este documento serve, unicamente, e não estou a criticar o documento nesse aspeto, para apoio à gestão do executivo. Mas não é o relatório de contas. Nós não temos informação suficiente para poder analisar as contas e desempenho da Junta de Freguesia em 2019. Mas aí faço minhas as palavras do Américo.

No entanto, o Jorge falou aqui da dívida, e eu lembrei-me de fazer uma questão, que, efetivamente, agora já só temos dois fornecedores e também não há aqui grandes dados para fazer grande análise mas eu gostaria de questionar esta tal dívida referente a 2010, ao Ascensão Costa e Filhos, de 8.284,00 €, efetivamente a que é que isto se refere e o porque de estar aqui há tantos anos por liquidar.”

Devolvida a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, o mesmo afirmou que a Junta de Freguesia “não traria nada a esta Assembleia que não fosse legal. Portanto, o documento é legal. O documento de relatório de contas é exatamente igual às outras 18 páginas que unem os documentos anteriores de prestação de contas salvaguardando, naturalmente, os conteúdos, os números. De resto, é exatamente o mesmo formato. A única coisa que trazia era, de facto, uma discriminação mais pormenorizada relativamente aos mapas de fluxo de caixa e controlo orçamental, mas isso não é obrigatório pela Junta trazer à Assembleia.

Muitos anos, até, isso não aconteceu.

De facto, no nosso mandato acontecia sempre, mas desta vez não aconteceu!

Podem consultar os documentos, mas no fundo são documentos que traduzem o que está aqui nas rubricas gerais e nos números totais.

Claro, que se quiser saber quanto é que gastamos em cliques ou quanto é que gastamos em grafos, terá que ir ver aos documentos pois só lá é que está.

O que de facto é pragmático e, até, reconhecido pela bancada do Partido Socialista é a redução da dívida, e essa nós já nos tínhamos comprometido a ela e até já tínhamos também explicado o porquê e posso voltar a explicar já que a questão do Miguel Coelho assim o solicita.



No ano de 2013, a 12 de setembro, salvo erro, muda a lei das autarquias locais. Essa lei estabelece que, ao contrário do que fazia no passado, em que as juntas mandavam fazer obras que eram feitas em nome da Junta de freguesia, com a fatura em nome da Junta de freguesia, e depois iam à Câmara para que esta pagasse essa obras através de transferência de dinheiro, essa lei veio alterar isso e isso deixou de poder acontecer.

Naturalmente, a Junta não tinha dinheiro para fazer face a essa dívida. Surgiu a lei dos compromissos em atraso que as juntas tinham 10 anos para regularizar essas dívidas que estavam desde desse período. E eu lembro que nós, no nosso primeiro mandato, as eleições foram, se não me engano, em 29 de setembro, 17 dias depois da saída dessa lei, e nós tomamos posse em 10 ou 11 de outubro desse ano. Daí a explicação de que nós herdamos essa dívida. E esta é uma daquelas, é a última fatura, que resulta desse processo. O resto, naturalmente, no primeiro mandato não deixamos dívida, deixamos dívida zero e neste mandato que corre tem, de facto, alguma dívida que está aí explanada, e naturalmente, é nossa intenção é que seja dívida zero também no final deste mandato.

É essa a explicação e já o tinha dito aqui várias vezes até.

Para quem diz que os documentos não são esclarecedores, mas, ao fim e ao cabo, teceram uma série de considerações sobre a gestão da junta de freguesia, parece-me que os documentos são esclarecedores!

Chame-se ele relatório de consultoria ou relatório de prestação de contas, o que ele é que é um relatório de prestação de contas porque estão os nomes das rubricas, os dados das rubricas, os valores gastos, as percentagens, enfim, está cá tudo e é só para quem não quer, de facto, ver.

Acho que até não há nada mais transparente do que a junta trazer as recomendações que o consultor faz à junta, trazê-las à assembleia. Enfim!

Primeiro facto, é a redução da dívida e isto é um facto, não é uma opinião.

E o segundo facto é que o plano plurianual de investimentos tem uma taxa baixa porque para ter uma taxa maior tínhamos de ter vendido o terreno. Se não vendemos o terreno que estava previsto em termos de orçamento, não pudemos gastar o dinheiro, ou então, gastaríamos o dinheiro e hoje estávamos aqui a ser acusados de ter uma dívida muito elevada.

Passando à votação da prestação de contas do ano económico de 2019, foi a mesma aprovada por maioria, com 7 votos a favor dos membros do PSD e 2 votos contra dos membros do PS.

Miguel Coelho apresentou declaração de voto nos seguintes termos:



“Quanto à apreciação e votação das contas do ano de 2019, o meu voto será contra, não só pelos argumentos já aqui referidos pelo meu colega de bancada Américo Dias mas acima de tudo por considerar que não nos foi prestada informação suficiente para poder efetuar uma análise detalhada do desempenho do executivo durante o ano de 2019 e assim exercer uma das principais funções enquanto membro desta Assembleia, a de fiscalização da atuação do executivo.

Efetivamente, considero que este relatório de consultoria apenas serve como mero documento de apoio à gestão do executivo, nunca como relatório de prestação de contas visto a informação ser muito limitada e estarem em falta uma série de documentos, mapas e até os números referentes a anos anteriores que sirvam como suporte para uma análise detalhada e consciente.

3.3 Discussão e apreciação do Inventário em 31/12/2019

Prosseguindo-se com a ordem de trabalhos, a Presidente da Assembleia convidou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, o qual referiu nada ter a acrescentar uma vez que o documento estaria explícito.

Atenta a inexistência de inscrições por parte dos membros da Assembleia de Freguesia para intervir neste ponto, passou-se de imediato à votação do inventário em 31/12/2019, o qual foi aprovado por unanimidade sem apresentação de qualquer declaração de voto.

Pedida a palavra pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia, o mesmo informou que em janeiro de 2020 foi adquirido um novo programa de inventário, tendo sido já feita uma nova inventariação, com etiquetagem e código de barras de todo o património da freguesia por entenderem que a aplicação existente estava ultrapassado.

Findos os trabalhos, a Senhora Presidente da Assembleia deu como encerrada a sessão ordinária de 15 de junho de 2020, convidando todos os presentes para a próxima assembleia de freguesia e desejando a todos uma boa noite.

A Presidente de Assembleia de Freguesia,



(Luciana Camboa de Sousa)

A Secretária,

(Maria da Conceição Grade Alves)

O Secretário,

(Cipriano Oliveira Gomes)